

NOTAS DE LEITURA

Referência: BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política. Rio de Janeiro: Campus, 2000. Capítulo 1: A filosofia Política.

Das possíveis relações entre filosofia política e ciência política:

Conceito de Ciência Política: estudo dos fenômenos políticos conduzido com a metodologia das ciências empíricas e utilizando todas as técnicas de pesquisa próprias da ciência do comportamento.

Conceitos de Filosofia Política (pode ser conceituada de quatro modos):

- 1) **Tradicional (*Estado ideal*) – caráter fortemente valorativo:** descrição, projeção, teorização da ótima república ou, se quisermos, como a construção de um modelo ideal de Estado, fundado sobre alguns postulados éticos últimos, a respeito do qual nos preocupamos se, quando e como poderia ser efetivamente e totalmente realizado. Dessa forma de pensamentos participam também certas – utopias à avessas – que consistem na descrição não da ótima república, mas da péssima república, ou, se quisermos, do modelo ideal de Estado que *não se deve* realizar;

Relação com a ciência política (*separação e divergência*): é de clara oposição. Enquanto a ciência política tem uma função essencialmente descritiva ou explicativa, a filosofia como teoria da ótima república tem uma função essencialmente prescritiva. Assim, o objeto da primeira é a política tal como é (“a verdade efetiva”), já o objeto da segunda, a política tal como deveria ser.

- 2) **Segundo modo (*justificação ou legitimação do poder*) - caráter fortemente valorativo:** a filosofia política é compreendida como a busca do fundamento último do poder, que permite responder à pergunta: “A quem devo obedecer? E por quê?”. Trata-se aqui do problema bem conhecido da natureza e da função do dever de obediência política [obbligazione politica]. Nesta acepção a filosofia política é entendida como a solução do problema da justificação do poder último, ou, em outras palavras, na determinação de um ou mais critérios de legitimidade do poder;

Todas as filosofias políticas, de acordo com esta acepção, poderiam ser classificadas segundo os diferentes critérios de legitimação do poder em cada circunstância adotados.

Relação com a ciência política (*separação e convergência*): a relação aqui é mais estreita. O problema filosófico pressupõe a análise dos fenômenos reais do poder, que consideramos de competência do cientista político. Por outro lado, o estudo realista do poder não pode deixar de fazer referência ao problema, que foi considerado tradicionalmente de competência da filosofia, dos critérios de legitimidade, isto é, das razões últimas pelas quais um poder é e deve ser obedecido. Uma coisa é determinar um critério de legitimação, outra é descrever os vários critérios de legitimação possíveis ou realmente aplicados nos diferentes regimes e nas diferentes épocas históricas (que é obra da ciência política).

- 3) **Terceiro modo (*dever de obediência política*):** por filosofia política pode-se entender também a determinação do conceito geral de “política”, como atividade autônoma, modo ou forma do Espírito, como diria um idealista, que tem características específicas que a distinguem tanto da ética quanto da economia, ou do direito ou da religião. Filosofia



política é a distinção entre política e moral, entre razão do indivíduo e razão do Estado, ao problema se a conduta política tem suas próprias leis, estando sujeita a critérios próprios de avaliação, se o fim justifica os meios, se os Estados podem ser governados com o pai-nosso, ou, como hoje diríamos, se há uma ética de grupo distinta da ética individual, ou sem seguindo a terminologia weberiana, homem político segue a ética da responsabilidade ou a ética da convicção etc.;

Relação com a ciência política (continuidade): é difícil estabelecer uma nítida linha divisória. As duas investigações constituem um contínuo: não se pode pensar em uma pesquisa em ciência política que não se coloque o problema do conceito de política e, portanto, da delimitação mesma do próprio campo de pesquisa; mas não se pode tampouco pensar em uma análise do conceito de política que não considere os dados recolhidos e os fenômenos examinados pela pesquisa factual.

- 4) **Quarto modo (discurso crítico/metaciência):** a filosofia é entendida como um discurso crítico voltado para os pressupostos, para as condições de verdade, para a pretensa objetividade, ou não-valorização (avalutatività) da ciência política.

Relação com a ciência política (integração recíproca/mútuo serviço): a distinção entre ciência e filosofia, aqui, é muito distinta: trata-se de investigações que possuem objeto e fins distintos. A ciência é o discurso ou conjunto dos discursos sobre o comportamento político; a filosofia é o discurso sobre o discurso do cientista.

A Utopia, Thomas More – busca pela melhor forma de governo.

- A questão fundamental é elevar-se acima das desgraças, da corrupção, da injustiça era presente para propor um modelo de Estado perfeito.

O Príncipe, Maquiavel – busca da natureza da política.

- A questão fundamental é mostrar em que consiste a propriedade específica da atividade política e, desse modo, distingui-la da moral e da religião.

O Leviatã, Hobbes – busca do fundamento do Estado.

- A questão fundamental é mostrar a razão pelas quais o Estado existe (e é bom que exista) e, já que deve existir para a salvação dos homens, devemos-lhe obediência.

Requisitos fundamentais da ciência:

- a) O princípio de verificação como critério de validação;
- b) A explicação como objetivo;
- c) A não-valorização como pressuposto ético.

